

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Karyn Cristina Alves do Cremo¹

Elenice Parise Foltran²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido às pessoas com deficiência no município de Ponta Grossa, Paraná, no contexto da educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, que utiliza uma abordagem qualitativa para investigar como as políticas educacionais e os programas de inclusão estão sendo implementados nas redes municipal e estadual de ensino. A análise abrange o histórico da educação especial no Brasil, o papel das legislações vigentes e as ações e programas desenvolvidos no Município de Ponta Grossa como a atuação das Salas de Recursos Multifuncionais e do Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva (CIAC Superação). Os resultados mostram um aumento significativo na demanda pelo AEE e avanços nas políticas públicas locais. No entanto, desafios como a necessidade de formação continuada de professores e adaptação das práticas pedagógicas para incluir alunos com diferentes tipos de deficiência ainda persistem.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Educacionais.

THE SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPALITY OF PONTA GROSSA

ABSTRACT: This study aims to analyze the Specialized Educational Services (AEE) provided to people with disabilities in the municipality of Ponta Grossa, Paraná, within the context of inclusive education. It is a documentary and descriptive research that employs a qualitative approach to investigate how educational policies and inclusion programs are being implemented in the municipal and state education systems. The analysis covers the history of special education in Brazil, the role of current legislation such as the Law of Guidelines and Bases (LDB), and the functioning of the Multifunctional Resource Rooms and the Integrated Center for Care of Children with Special Inclusive Education Needs (CIAC Superação). The results show a significant increase in demand for AEE and progress in local public policies. However, challenges such as the need for continued teacher training and the adaptation of pedagogical practices to effectively include students with different types of disabilities remain.

Keywords: Disabilities. Inclusive Education. Specialized Educational Services. Educational Policies

¹ Graduanda de Licenciatura em Pedagogia – UEPG. E-mail: 21034753@uepg.br

² Doutora em Educação. Coordenadora e professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI/UEPG. Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do LALUPE: Laboratório Lúdico Pedagógico. E-mail: epfoltran@uepg.br

INTRODUÇÃO

A educação especial, integrada ao paradigma da educação inclusiva, desempenha um papel fundamental na estrutura educacional contemporânea. Historicamente, as abordagens em relação à deficiência variaram significativamente, refletindo diferentes percepções sociais e culturais.

Em épocas passadas, como na antiguidade, na idade média, no renascimento e na idade moderna, a deficiência era vista como um desvio inaceitável das normas sociais e, em algumas culturas, justificava a segregação, tendo em vista que não tinham nenhum tipo de direito social, não era raro até mesmo, a eliminação desses indivíduos. (Streichchen, 2017).

Essas práticas, hoje condenadas, evidenciam uma longa trajetória de exclusão, em que pessoas com deficiência eram marginalizadas e consideradas um "fardo" para a sociedade. Se em determinadas culturas tinham o costume de eliminar os sujeitos que possuíssem algumas deficiências em outras tomaram a prática de interná-las em instituições onde elas iriam receber atividades que ocupassem o seu tempo. A segregação das pessoas com deficiências ocorre, uma vez que, elas possuem características que os demais não apresentam, desta maneira passa a ser enfrentado como o fator de negação. (Sassaki, 2006, p.30).

Com o tempo, esse paradigma foi sendo lentamente transformado, especialmente com o advento das políticas de direitos humanos no século XX. No Brasil, o reconhecimento formal das pessoas com deficiência começou a se estruturar a partir do século XIX, culminando em marcos legais importantes, dentre os quais, a Constituição Federal de 1988. A partir dessa Constituição, a inclusão de pessoas com deficiência foi garantida em seu artigo 3º, inciso IV, ao estabelecer a "promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". O artigo 205 corrobora esse direito ao estabelecer que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

O artigo 206 também reforça esses princípios ao determinar a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988). O marco legal da Constituição de 1988, aliado a legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB), foi crucial para consolidar os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, promovendo o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para essa população.

Apesar dos avanços legais e políticos, o desafio de assegurar uma educação inclusiva de qualidade para pessoas com deficiência ainda persiste em todas as regiões do país. O município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, não é exceção.

Nesse contexto, emerge o problema de pesquisa central deste estudo: como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) está sendo oferecido às pessoas com deficiência no município de Ponta Grossa. Esse estudo busca investigar a adequação das políticas e programas educacionais voltados para essa população, bem como o cumprimento das normativas vigentes em termos de inclusão e acessibilidade.

Diante desse cenário, o presente estudo busca analisar o atendimento educacional especializado (AEE) oferecido às pessoas com deficiência no município de Ponta Grossa. A pesquisa parte de uma análise documental, fundamentada em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as políticas educacionais vigentes e os programas disponibilizados para essa população.

Para garantir uma análise coerente e estruturada, os dados coletados foram organizados em quatro eixos temáticos: Eixo 1 - Demanda de Atendimento, Eixo 2 - Tipos de Atendimento, Eixo 3 - Tipos de Deficiência e Eixo 4 - Formação e Atuação Docente.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é caracterizada por:

questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (Godoy, 1995, p.58).

Assim, o estudo aborda inicialmente o contexto histórico das pessoas com deficiência no Brasil, suas lutas e conquistas para assegurar o direito à inclusão. Posteriormente, foca-se no direito à educação dessa população, analisando as normativas nacionais com uma ênfase especial no município de Ponta Grossa. Em particular, discute-se o AEE previsto no artigo 59 da LDB, que estabelece a oferta de atendimento especializado em classes ou serviços específicos quando a integração plena nas classes regulares não for viável (Brasil, 1996). O estudo finaliza com uma

análise de como o ensino regular pode se adaptar para se tornar verdadeiramente inclusivo, evitando equívocos e fortalecendo o compromisso educacional com as pessoas com deficiência no município de Ponta Grossa, PR.

1 HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A trajetória histórica das pessoas com deficiência no Brasil, assim como em outras partes do mundo, foi marcada por longos períodos de exclusão social e marginalização. Essas pessoas eram frequentemente consideradas incapazes ou doentes, o que justificava a segregação em diferentes contextos sociais. Nas sociedades antigas, a prática de isolar as pessoas com deficiência era amplamente aceita, uma abordagem que, embora tenha mudado ao longo do tempo, sofreu transformações de forma gradual e tardia.

No Brasil, as primeiras iniciativas institucionais voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência surgiram no século XIX. A fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant e a criação do Imperial Instituto de Surdos Mudos em 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, representam os primeiros passos na direção da assistência a essa população. No entanto, tais iniciativas refletiam um modelo assistencialista e segregador, que concebia essas pessoas como objetos de cuidado e reclusão, em vez de indivíduos plenos com direitos e potencialidades.

Apesar desses esforços, o governo brasileiro manteve-se inerte em relação à criação de políticas públicas mais amplas e inclusivas voltadas às pessoas com deficiência. Segundo Kassir (2012), os atendimentos educacionais oferecidos à época reforçavam um movimento de patologização, no qual os alunos eram rotulados como "anormais" e segregados com base em suas características físicas ou mentais. A educação especial, até o século XX, era predominantemente influenciada por essa visão médica, que tratava a deficiência como uma condição a ser corrigida ou tratada, ao invés de promover a inclusão social e educacional.

Somente no século XX as pessoas com deficiência começaram a ser reconhecidas como cidadãos com direito a atendimento educacional. De acordo com Pereira (2008, p. 32), "o século XX trouxe mudanças em todos os sentidos. Algumas são, de fato, efetivas, outras, meramente cosméticas".

Essas transformações foram impulsionadas por movimentos sociais, avanços científicos e mudanças nas legislações internacionais e nacionais. Contudo, nem todas as mudanças alcançaram resultados práticos ou profundos, ficando em muitos casos limitadas ao plano teórico ou simbólico.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A ideia era de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com deficiência nos serviços existente na comunidade (Sassaki, 2006, p.30).

Mesmo com a criação de instituições especializadas, como escolas e hospitais para pessoas com deficiência, a segregação continuou sendo uma prática predominante, já que a sociedade, de modo geral, não estava preparada para incluí-las nos serviços e espaços comuns.

O primeiro marco legal importante nesse contexto foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4024/61), de 1961, que mencionou pela primeira vez a Educação Especial como parte integrante do sistema educacional brasileiro. Mendes (2010) destaca que, a partir dessa legislação, começaram a ser estabelecidas diretrizes específicas para a educação de pessoas com deficiência, ainda que dentro de um modelo predominantemente segregacionista.

Nos anos 1970, a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) representou um avanço significativo na formulação de políticas educacionais para pessoas com deficiência. Esse órgão, vinculado ao Ministério da Educação, foi responsável por iniciativas como a criação de escolas e turmas especializadas, com o objetivo de desenvolver subsistemas de Educação Especial dentro da rede pública de ensino. No entanto, o enfoque continuava a ser o tratamento médico e reabilitador, centrado na condição da deficiência e não no desenvolvimento social e educacional das pessoas (Sassaki, 2006).

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos. Nem sempre, mas em muitos casos, a escola especial desenvolvia-se em regime residencial e, conseqüentemente, a criança, o adolescente e o jovem eram afastados da família e da sociedade. Esse procedimento conduzia, invariavelmente, a um aprofundamento maior do preconceito (Brasil, 2004, p. 323).

Ao longo das décadas seguintes, e à medida que os movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência ganharam força, é que essa visão começou a mudar. A perspectiva da inclusão social, que defende a igualdade de direitos e a participação plena das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, começou a se consolidar, levando a mudanças significativas nas políticas educacionais e sociais.

Segundo Pereira (2008), a "Década das Pessoas com Deficiência", instituída pela ONU em 1983, também foi um marco internacional importante, promovendo ferramentas teórico-práticas voltadas para a conscientização sobre os direitos dessa que viabilizassem a adoção de políticas públicas inclusivas. Esse período deu visibilidade global à luta por equidade e justiça social, impulsionando mudanças significativas nas legislações e práticas educacionais ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Nesse mesmo período foi elaborado o documento intitulado "Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência" que tinha como objetivo unificar e coordenar, em âmbito internacional, as atitudes, políticas e ações voltadas para a inclusão e o bem-estar das pessoas com deficiência.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou um divisor de águas no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Esse período refletiu uma reorientação significativa nas políticas públicas, especialmente no campo da educação. A sociedade brasileira, acompanhando um movimento global de valorização dos direitos humanos, começou a dar maior ênfase à equidade de condições e oportunidades, assegurando que os direitos fundamentais fossem respeitados para todos, independentemente de suas capacidades físicas ou mentais. A partir desse momento, consolidou-se uma transição gradual para um modelo de educação inclusivo, no qual a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência configurava-se como um objetivo central das políticas públicas educacionais.

A Constituição de 1988 foi o primeiro documento legal no Brasil a tratar explicitamente da educação de pessoas com deficiência como um direito, estabelecendo um compromisso do Estado em garantir atendimento educacional especializado. O Artigo 208 da Constituição determinou que o dever do Estado com a educação seria efetivado mediante a garantia de "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de

ensino" (Brasil, 1988). Essa diretriz abriu caminho para uma nova fase, em que a educação passou a ser compreendida como um direito inalienável de todos, e o Estado assumiu a responsabilidade de proporcionar igualdade de acesso e oportunidades educacionais a todos os cidadãos.

Essa mudança constitucional foi fundamental para o desenvolvimento de uma abordagem inclusiva na educação, promovendo um redirecionamento do campo da Educação Especial Inclusiva para além dos modelos segregacionista e integrativo que prevaleciam anteriormente, nos quais as pessoas com deficiência eram isoladas em instituições especializadas ou em classes especiais, desvinculadas da educação regular. A partir de 1988, as políticas educacionais começaram a ser orientadas pelo princípio da inclusão, com o objetivo de assegurar a participação plena das pessoas com deficiência nas escolas regulares, em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

A década de 1990 consolidou ainda mais essas transformações, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. A LDB representou um avanço significativo no campo da Educação Especial, ao concebê-la como uma modalidade de ensino, assegurando sua inserção dentro do sistema educacional brasileiro como um direito que deve ser garantido a todos. De acordo com a LDB, a Educação Especial passou a ser entendida como uma modalidade transversal, destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devendo ser oferecida em todos os níveis e etapas da educação. Essa concepção reafirmou a responsabilidade do Estado e das escolas em atender as necessidades educacionais específicas de forma integrada ao ensino regular, ampliando o escopo do atendimento educacional especializado (AEE) e promovendo o acesso de estudantes com deficiência a uma educação de qualidade que respeite suas singularidades.

Além das mudanças legislativas, a atuação de organizações e movimentos sociais na década de 1990 foram cruciais para a visibilidade das questões relacionadas à deficiência e para a promoção de uma nova abordagem baseada nos direitos humanos. Organizações como a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF) e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entre outras, desempenharam papéis fundamentais no avanço do movimento inclusivo. Esses

grupos ajudaram a transformar a percepção da deficiência de um enfoque puramente médico e assistencialista para um paradigma de inclusão social, onde as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como cidadãos com direitos e capacidades.

As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, pela LDB de 1996 e pela mobilização social contribuíram para uma profunda transformação na forma como as pessoas com deficiência eram tratadas no Brasil. Ao longo da década de 1990, a inclusão social e educacional dessas pessoas tornou-se um tema prioritário nas discussões sobre políticas públicas, gerando novas práticas que valorizavam a diversidade e a igualdade de oportunidades.

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para compreender o direito à educação das pessoas com deficiência é necessário distinguir os conceitos de Educação Inclusiva e Educação Especial, apesar de estarem inter-relacionados. A Educação Inclusiva é um paradigma que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens culturais ou sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente escolar que valorize a diversidade. Esse conceito abrange não apenas a inclusão de alunos com deficiência, mas também a diversidade cultural, linguística e social, buscando criar um ambiente de aprendizado onde todos possam participar plenamente. Para isso, é fundamental que o ensino e as práticas pedagógicas sejam adaptados às variadas necessidades dos estudantes.

A Educação Especial, por outro lado, é definida como:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2007. p.10)

Assim, a Educação Especial consiste em um conjunto de práticas e recursos que visam apoiar alunos com deficiência em suas necessidades educativas específicas. A Educação Especial pode envolver métodos de ensino diferenciados, adaptações curriculares, recursos especializados e apoio de profissionais com formação específica, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e professores especializados. O atendimento do público-alvo da educação especial no ensino regular, deve ocorrer de forma colaborativa entre os diversos profissionais, atuando

para garantir que esses alunos possam alcançar seu pleno potencial em um ambiente inclusivo.

O público-alvo da Educação Especial é composto por estudantes que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (como o transtorno do espectro autista) e altas habilidades ou superdotação. Esses alunos possuem necessidades educacionais específicas que demandam recursos pedagógicos e serviços diferenciados para garantir seu pleno desenvolvimento. A inclusão dessas crianças e jovens no sistema regular de ensino, com o apoio de recursos especializados, é fundamental para que tenham acesso a uma educação que respeite suas individualidades e potencialidades.

No contexto atual, em um sistema educacional inclusivo, a Educação Especial deve estar integrada ao ensino regular, colaborando para assegurar que os alunos com deficiência recebam o suporte pedagógico necessário, ao mesmo tempo em que participam do convívio escolar com seus colegas. O fortalecimento das políticas de inclusão é uma consequência direta da ampliação do acesso e da permanência de todos os alunos na escola, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Entre os principais documentos que norteiam a Educação Especial na perspectiva inclusiva, destacam-se:

Quadro 1 - Legislações sobre a Educação Especial na perspectiva Inclusiva

Documento	Ano	Descrição
Constituição Federal	1988	Reconhece a educação como um direito de todos e estabelece a necessidade de garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência no sistema educacional regular.
Declaração de Salamanca	1994	Documento da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que enfatiza a importância da inclusão escolar e garante o acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394	1996	Define a educação como um direito universal e estabelece que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Documento do Ministério da Educação (MEC) que orienta a implementação da educação inclusiva, assegurando o direito à educação para todos e promovendo a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2008	Aprovada pela ONU e ratificada pelo Brasil, estabelece princípios e diretrizes para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo a educação inclusiva.
Documento Subsidiário à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Orienta a implementação da Educação Especial no Brasil, promovendo a inclusão escolar, abordando formação de professores, acesso à escola e atendimento educacional especializado.
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	2014	Orienta práticas pedagógicas e administrativas para garantir que a Educação Especial seja oferecida de forma inclusiva e equitativa no sistema de ensino regular.
Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005	2014	Estabelece metas e diretrizes para a educação no Brasil, incluindo a promoção da inclusão e acessibilidade nas instituições educacionais, visando garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146	2015	Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, promove os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência, garantindo o direito à educação inclusiva e acessível.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2017	Define as aprendizagens essenciais na Educação Infantil e Ensino Fundamental, enfatizando práticas pedagógicas inclusivas, adaptação curricular e acessibilidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Esses documentos e diretrizes são fundamentais para a orientação e a implementação de políticas e práticas que promovam a inclusão e a equidade no sistema educacional, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental. Essa escolha metodológica se justifica pela natureza explicativa do estudo, que busca compreender o contexto da educação especial inclusiva em um determinado momento e região.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a construção do referencial teórico, com base em livros, artigos científicos, periódicos e legislações pertinentes à Educação Especial. Segundo Gil (2002, p. 44), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", sendo uma etapa essencial para situar o estudo no contexto acadêmico e identificar as principais discussões e avanços na área.

Paralelamente, a pesquisa documental complementou essa análise, fornecendo dados atualizados e específicos sobre o cenário investigado. Foram utilizados materiais disponibilizados em plataformas digitais, como o Portal de Dados Educacionais – QEdu, Portal Diversa, Portal Dia a Dia Educação do Paraná, Censo Escolar, além de documentos orientadores do Núcleo Regional de Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa. Esses documentos foram selecionados por sua relevância e atualidade, garantindo que as informações obtidas refletissem fielmente a realidade do atendimento educacional especializado na região.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e agosto de 2024, abrangendo um período adequado para uma análise profunda e crítica das fontes documentais. Os critérios de seleção dos materiais incluíram relevância para o tema, impacto acadêmico e atualidade das informações.

Esses eixos permitiram uma análise estruturada e abrangente, conectando diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre o atendimento educacional especializado oferecido às pessoas com deficiência em Ponta Grossa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados foram elencados quatro eixos temáticos: a) Eixo 1 - Demanda de Atendimento – tem por objetivo a análise do número de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado na rede de ensino de Ponta Grossa, incluindo o crescimento ou redução dessa demanda ao longo dos últimos anos. b) Eixo 2 - Tipos de Atendimento - objetiva investigar os diferentes tipos de

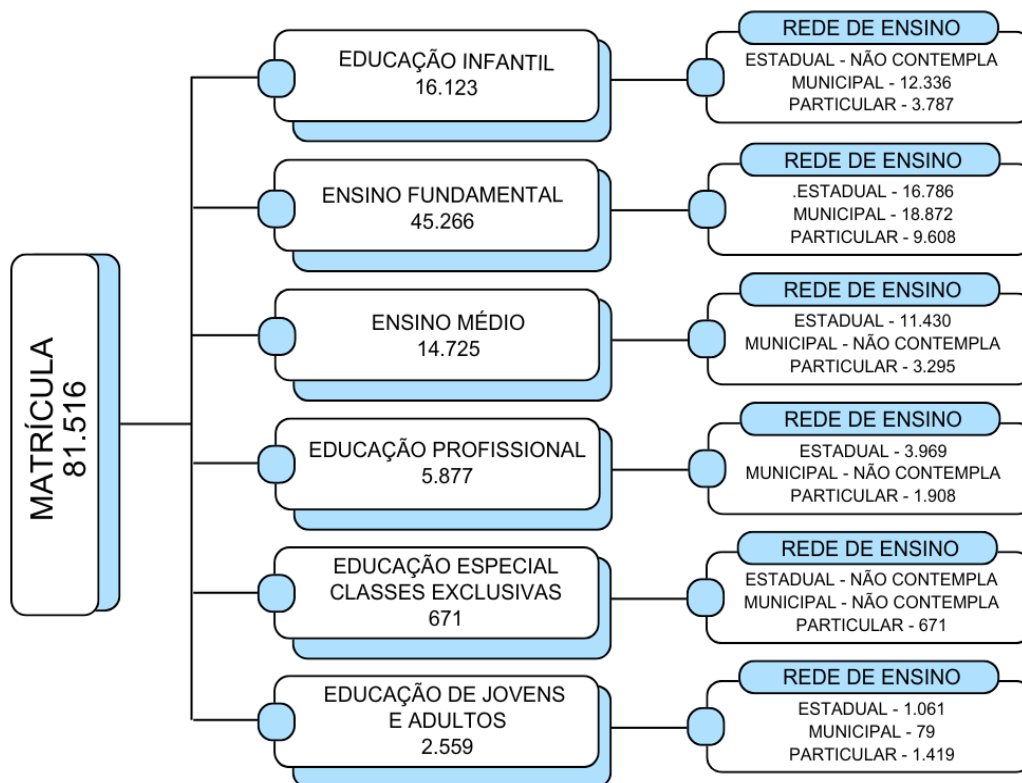
atendimento oferecidos, tais como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), classes especiais e inclusão nas classes regulares, além dos recursos e adaptações disponibilizados. c) Eixo 3 - Tipos de Deficiência: apresenta o levantamento e categorização das deficiências atendidas no município, abrangendo deficiência física, intelectual, auditiva, visual e múltipla, bem como transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e d) Eixo 4 - Formação e Atuação Docente – traz um panorama da qualificação dos professores e profissionais que atuam no atendimento especializado, incluindo a formação inicial e continuada.

5.1 EIXO 1 - DEMANDA DE ATENDIMENTO

A cidade de Ponta Grossa, conhecida como Princesa dos Campos, devido à sua localização estratégica e à paisagem natural característica da região dos Campos Gerais, está localizada na região Centro-Oriental do Paraná e faz parte da região dos Campos Gerais. O município está situado no segundo planalto paranaense, uma área caracterizada por formações geográficas típicas da região. Segundo o Instituto Água e Terra (2024), Ponta Grossa possui uma área territorial de 2.044,887 km² e abriga uma população de 358.367 habitantes, como aponta o Censo (2022).

No que se refere à educação, o município abriga 81.516 alunos matriculados na Educação Básica, distribuídos entre as redes municipal, estadual e particular, abrangendo modalidades como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial (em classes exclusivas) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses dados são apresentados na figura 1, a seguir:

Figura 1 - Distribuição de Matrículas no Município de Ponta Grossa



Fonte: QEDU

Para que toda a demanda de alunos possa ser atendida, o município conta com 267 escolas, sendo 59 da rede privada, 49 delas são estaduais, 159 municipais que se dividem em 88 escolas de ensino fundamental e 71 centros municipais de educação infantil (QEDU, 2024).

A demanda específica dos alunos público-alvo da Educação Especial encontra-se em crescimento:

Quadro 2 - Demanda de Educação Especial na rede municipal de Ponta Grossa

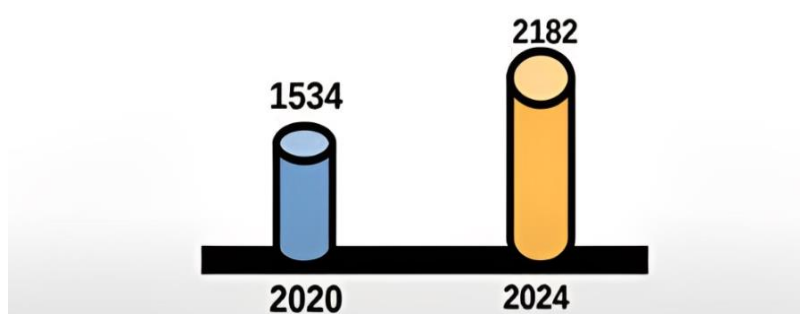
Ano	Demanda
2021	834
2022	1.235
2023	1.709
2024	1.867

Fonte: SME - Painel da II Semana da Inclusão: em foco a Formação de professores para a Educação Especial realizada em agosto de 2024.

Na Rede Estadual de Ensino do Município de Ponta Grossa, especificamente a demanda também se encontra em crescimento, conforme demonstra a Figura 2:

Figura 2: Público alvo da Educação Especial

Público da Educação Especial na Rede Estadual do município de Ponta Grossa



Fonte: NRE/PG - painel da II Semana da Inclusão: em foco a Formação de professores para a Educação Especial realizada em agosto de 2024.

De acordo com Vasconcellos (2013), a garantia do direito à educação desde a infância é um aspecto essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária. Esse direito assegura que todas as crianças tenham acesso a oportunidades educacionais desde os primeiros anos, o que contribui para a redução das desigualdades sociais e a promoção da equidade.

O conhecimento dos dados estatísticos sobre a oferta de educação no município de Ponta Grossa é primordial para refletir sobre o papel social da escola contemporânea. Esse papel envolve não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também a formação de indivíduos críticos e conscientes, independentemente de suas capacidades. A escola, que historicamente foi um espaço reservado para elites, transformou-se em um direito universal, sendo um instrumento fundamental na construção de uma sociedade mais justa.

Assim, é essencial que as políticas educacionais do município promovam a inclusão efetiva, assegurando que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, recebam o suporte necessário para desenvolver seu pleno potencial, tanto no aspecto profissional quanto no exercício da cidadania. A escola deve ser um ambiente que

valorize e respeite as diferenças, proporcionando igualdade de oportunidades para todos, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

5.2 EIXO 2 - TIPOS DE ATENDIMENTO

Em Ponta Grossa, tanto a rede municipal quanto a estadual de ensino oferecem diferentes modalidades de atendimento educacional especializado (AEE) para atender às necessidades dos alunos com deficiência, integrando recursos pedagógicos, terapêuticos e tecnológicos para promover a inclusão.

5.1.1 Rede Municipal de Ensino

Na rede municipal, o atendimento especializado começou a ser estruturado a partir de 2008, com a implantação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais SRM – AEE em parceria com o Ministério da Educação. Esse programa foi criado para atender ao público-alvo da Educação Especial, proporcionando suporte educacional complementar em salas com recursos pedagógicos adaptados (Ponta Grossa, 2020).

No ano de 2013 instituiu-se uma política de Educação Inclusiva de qualidade voltada para a infância e em 2015, o município deu um passo importante com a criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE), voltado para fornecer apoio pedagógico, terapêutico e formativo às escolas e alunos. Esse centro visava garantir que os estudantes com necessidades especiais tivessem acesso a uma educação inclusiva de qualidade. No ano de 2024, o CMAEE foi incorporado a um novo projeto do município, o Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva SUPERAÇÃO (CIAC SUPERAÇÃO), criado pelo Decreto Municipal nº 22.110, de 21/07/2023. O CIAC SUPERAÇÃO reúne serviços integrados das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Esportes, com o objetivo de oferecer atendimento especializado pedagógico e clínico para os alunos da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculados na rede municipal de ensino.

O atendimento no CIAC SUPERAÇÃO é ainda complementado pelo Núcleo Pela Infância (NUPI), instituído pelo Decreto Municipal nº 22.931, de 05/02/2024. O NUPI oferece apoio especializado com profissionais como psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, pediatras e neuropediatras, garantindo atendimento integral

às crianças que apresentem atrasos no desenvolvimento ou que necessitem de intervenção precoce.

Igualmente, a rede municipal conta em 2024 com 81 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), 48 professores de SRMs que atendem a 1.867 alunos (Ponta Grossa, 2024). Essas salas funcionam de forma complementar às aulas regulares, promovendo o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioemocional dos alunos, com o objetivo de eliminar barreiras e garantir o acesso ao currículo e à comunicação.

Os 460 profissionais de auxiliar de inclusão também desempenham um papel importante nas salas regulares, oferecendo suporte direto aos alunos com deficiência, ajudando na promoção da inclusão educacional. Esse profissional pode ser um professor contratado ou um estagiário do Curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Além desses serviços, o Acompanhamento Educacional Domiciliar é oferecido para estudantes que, por motivos de saúde, não podem comparecer às escolas, garantindo que continuem seus estudos de maneira adequada.

5.2.2 Rede Estadual de Ensino

Na rede estadual de ensino, o atendimento educacional especializado (AEE) segue um modelo estruturado que busca garantir suporte adequado para alunos com deficiência e necessidades educacionais específicas. As ofertas de atendimento são divididas em turno de escolarização e contraturno de escolarização, conforme a Política Estadual da Educação Especial.

5.2.2.1 Atendimento no turno de escolarização

No período regular de escolarização, o atendimento é feito por meio de profissionais especializados, como:

- PAC (Professor de Apoio Educacional à Comunicação Alternativa): Atuando como mediador para alunos com deficiência que necessitam de apoio para se comunicar, como estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Física Neuromotora.
- PAEE (Professor de Apoio Educacional Especializado): Profissional que oferece suporte especializado nas necessidades específicas dos alunos com deficiência.

- TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais): Oferece suporte para estudantes surdos ou com deficiência auditiva que utilizam Libras.
- Guia-intérprete: Para alunos com deficiência visual e auditiva, que necessitam de apoio para comunicação e orientação.
- PAE (Professor de Apoio Educacional) e AEE-I (Atendimento Educacional Especializado Itinerante): Complementam o atendimento aos alunos, atuando como mediadores pedagógicos e promovendo adaptações curriculares.

5.2.2.2 Atendimento no contraturno de escolarização

No contraturno, o atendimento educacional especializado é ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, onde são oferecidos:

- CA (Centro de Atendimento Educacional Especializado): Para suporte adicional e mais específico às necessidades do aluno.
- A sala de recursos atende estudantes com Deficiência Intelectual (DI), Transtorno Funcional Neuromotor (TFN), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Deficiência Física Neuromotora (DFN), além de alunos com surdez, deficiência visual, e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Este atendimento ocorre em contraturno em um espaço físico próprio com mobiliário, equipamentos tecnológicos, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade.

5.5.5.3 Atendimento em Instituições Especializadas

Além dos serviços oferecidos nas escolas, Ponta Grossa conta com uma rede de instituições especializadas que complementam o atendimento educacional, em parceria com a rede municipal ou estadual para aqueles alunos que demandam de um atendimento especializado. Entre essas instituições, destacam-se:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
- Associação de Proteção dos Autistas (APROAUT)
- Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI)
- Associação Pontagrossense de Assistência à Criança com Deficiência (APACD)
- Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala - Geny de Jesus Souza Ribas (CEPRAF)
- Associação do Excepcional de Ponta Grossa (ASSARTE)
- Centro de Reabilitação e Equoterapia (CREP - Ponta Grossa)

Essas instituições oferecem um ambiente especializado com recursos adaptados e metodologias específicas, atendendo a uma variedade de deficiências. Elas são essenciais para os alunos que necessitam de um suporte altamente especializado e multidisciplinar para garantir seu desenvolvimento e inclusão na sociedade.

5.3 EIXO 3 - TIPOS DE DEFICIÊNCIA

O Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) define a pessoa com deficiência como aquela que possui um impedimento de longo prazo, que pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esse impedimento, quando interage com barreiras do ambiente físico, social ou comunicacional, pode comprometer a participação plena e efetiva dessa pessoa na sociedade, em condições de igualdade com as demais.

Essa definição não se baseia apenas na condição individual da deficiência, mas na interação entre as limitações da pessoa e o ambiente ao seu redor, considerando as barreiras sociais e físicas que dificultam a inclusão. Assim, a deficiência é vista como uma construção social, o que reforça a necessidade de eliminar essas barreiras para garantir o acesso a direitos e oportunidades em igualdade de condições.

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que tratam, respectivamente, da prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e da acessibilidade. Este decreto define diretrizes para a promoção da acessibilidade em diversos setores da sociedade, assegurando direitos a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os principais tipos de deficiência são classificados em quatro grandes categorias:

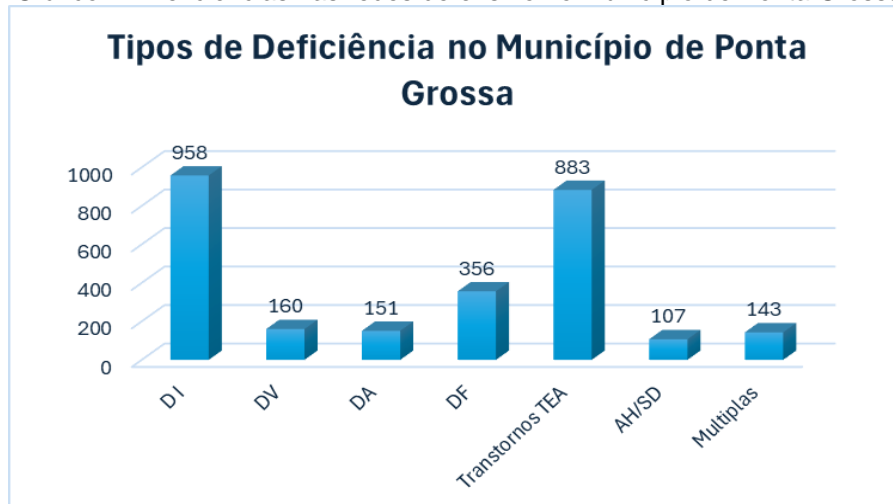
- Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo, que acarrete o comprometimento da função física, como a paraplegia, tetraplegia, amputações, paralisia cerebral e sequelas de doenças neurológicas.
- Deficiência Auditiva: perda parcial ou total da capacidade de ouvir, variando em graus de leve a profundo. A deficiência auditiva pode ser unilateral ou bilateral, e pode ser classificada como perda condutiva, sensorial ou mista.
- Deficiência Visual: redução ou ausência total da visão, incluindo casos de cegueira e baixa visão.

- Deficiência Intelectual: funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, acompanhado de limitações em habilidades adaptativas, como comunicação, cuidado pessoal e habilidades sociais. Pode ter diversas causas, incluindo síndromes genéticas, complicações no parto e fatores ambientais.

Outros tipos de deficiência, como deficiência múltipla também estão contemplados, exigindo um atendimento ainda mais específico e especializado. Essas definições visam garantir direitos e adaptar os serviços educacionais e sociais para atender às necessidades de cada grupo de pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão plena na sociedade.

Segundo o Portal Diversa no Município de Ponta Grossa, no ano de 2023 havia 2.762 estudantes da Educação Especial, o que representa 3,4% do total de matrículas na Educação Básica.

Gráfico 1 - Deficiências nas redes de ensino no Município de Ponta Grossa



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Portal Diversa

No município de Ponta Grossa, os alunos que são público-alvo do Atendimento Educacional Especializado são definidos em três categorias principais: alunos com deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação.

Os alunos com deficiência são aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Esses impedimentos, quando interagem com barreiras físicas ou sociais, podem prejudicar a participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento incluem aqueles que possuem alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, o que compromete as

relações sociais, a comunicação e pode envolver comportamentos repetitivos. Estão nessa categoria alunos com transtorno do espectro autista, psicose infantil e outras síndromes que afetam o desenvolvimento global.

Os alunos com altas habilidades ou superdotação são aqueles que demonstram um potencial elevado em áreas do conhecimento humano, que podem envolver aspectos intelectuais, acadêmicos, liderança, psicomotricidade, artes ou criatividade. Esses alunos necessitam de estratégias pedagógicas diferenciadas para desenvolver plenamente seu potencial.

Serão atendidos também, com matrícula no Sistema SERE/WEB, alunos com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), Distúrbios de Aprendizagem e Transtornos Mentais. Público este matriculado no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (Ponta Grossa).

O Atendimento Educacional Especializado contempla uma abordagem inclusiva para atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ao reconhecer a diversidade de necessidades, o município busca garantir estratégias pedagógicas adequadas para promover a participação plena desses alunos no ambiente escolar.

Inclusive, amplia seu atendimento a estudantes com TDAH, distúrbios de aprendizagem e transtornos mentais, refletindo um compromisso com a inclusão em todos os níveis de ensino. Essa abordagem fortalece o princípio de educação inclusiva, proporcionando uma aprendizagem mais equitativa e adaptada às diferentes realidades dos estudantes.

5.4 EIXO 4 - FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE

A formação de profissionais para o Atendimento Educacional Especializado é fundamental para garantir que as necessidades específicas de alunos com deficiência sejam atendidas de maneira adequada e inclusiva. Essa formação visa preparar professores e outros profissionais da educação para trabalhar com alunos que possuem deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, promovendo um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

Instrução nº 001/2018 - CEFE/SME apresenta que a professora de SRM deve ter pelo menos uma das formações listadas:

- a) especialização em cursos de Pós-Graduação em Educação Especial ou;
- b) especialização em cursos de Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado ou;
- c) licenciatura Plena com habilitação em Educação Especial ou;
- d) habilitação específica em nível Médio, na extinta modalidade de Estudos Adicionais e atualmente na modalidade Normal ou;
- e) especialização em cursos de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e/ou Clínica ou;
- 30 f) especialização em cursos de Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Institucional e/ou Clínica, funções convalidadas em 14/03/2018 pela CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), através do Ministério do Trabalho.

A formação continuada refere-se ao processo de aprimoramento das habilidades e conhecimentos dos profissionais de educação ao longo de sua carreira. Esse tipo de formação é crucial para garantir que os professores estejam atualizados com as últimas metodologias de ensino, práticas pedagógicas e inovações tecnológicas.

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática, enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo (FREIRE, 1996, p.39).

No município de Ponta Grossa a equipe técnica da SME, responsável pela Educação Especial, é responsável pela Formação Continuada, direcionada aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais, Auxiliares de Inclusão, equipes gestoras, professores em geral, demais profissionais da escola, além de pais e/ou responsáveis.

Durante esses encontros formativos, são abordados temas relacionados à organização do Atendimento Educacional Especializado, com destaque para o compartilhamento de práticas pedagógicas. Essas formações incluem relatos de experiências e estudos de caso que exploram o desenvolvimento dos alunos nos aspectos socioemocionais, psicomotores e cognitivos, além de tratar de temas específicos ligados às Instituições Especializadas.

Dentre as ações desenvolvidas para a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Especial está o Projeto “Diálogos”, que acontece mensalmente ou quinzenalmente, por região de abrangência, em relação a localização das escolas e CMEIs (Ponta Grossa, 2020).

As formações continuadas para os profissionais da Educação Especial são acompanhadas de encontros periódicos entre os professores. Esses encontros proporcionam momentos de estudos e aprofundamento em temas relevantes para a

Educação Especial, garantindo que os profissionais estejam sempre atualizados e capacitados.

Ainda de acordo com o Caderno Pedagógico da Educação Especial (2020), a Secretaria Municipal de Educação também promove formações específicas para os pais e responsáveis pelas crianças, oferecendo palestras e oficinas que introduzem novas discussões e pensamentos sobre assuntos pertinentes.

As palestras e oficinas são uma das práticas da SME, que busca introduzir novas discussões e novos pensamentos sobre assuntos pertinentes. Essas atividades ocorrem durante todo o ano e são complementadas por eventos maiores, como os Congressos de Educação, que também servem como plataforma para disseminação de conhecimento e troca de experiências entre os participantes.

Na esfera estadual, além de conta com uma assessoria específica para a Educação Especial no NRE, há no site da Secretaria de Educação do Paraná (2024) os diversos meios em que acontece a formação continuada, sendo eles: Canal do Professor, Formadores em Ação, PARFOR, PDE, Estudo e Planejamento além de outras oportunidades de formação.

O Canal do Professor é um programa de formação de professores voltado para oferecer tanto reflexões teóricas quanto encaminhamentos práticos no desenvolvimento de atividades das disciplinas do currículo. O objetivo é capacitar os professores para aplicarem teorias educacionais em suas práticas pedagógicas, garantindo que as atividades sejam relevantes e eficazes no contexto escolar. Esse tipo de formação busca integrar teoria e prática, promovendo um desenvolvimento contínuo das habilidades docentes e uma melhor adaptação dos conteúdos às necessidades dos alunos. Além disso, o programa pode incluir workshops, palestras, discussões em grupo e momentos de trocas de experiências entre os professores. Esses encontros são importantes para que os professores possam refletir sobre suas práticas, explorar novas metodologias e compartilhar desafios e soluções com seus colegas.

O programa Formadores em Ação é uma iniciativa de formação continuada voltada para todos os professores da rede pública estadual de ensino. Ele foca na integração de tecnologias e metodologias ativas ao currículo, com o objetivo de modernizar e aprimorar a prática pedagógica. Esse programa capacita os docentes para utilizar recursos tecnológicos e abordagens inovadoras em sala de aula,

garantindo um ensino mais dinâmico e eficaz, alinhado às necessidades contemporâneas dos estudantes.

O Programa de Formação de Professores para a Educação Básica (Parfor) é realizado em regime de colaboração com as Instituições de Ensino Superior e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Esse programa visa qualificar professores em exercício na rede pública de ensino, oferecendo cursos de licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica. A parceria entre as IES e as Secretarias de Educação é essencial para que o Parfor atenda às demandas locais de formação docente, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica. Em Ponta Grossa, no ano de 2024, está sendo ofertado no âmbito do Parfor Equidade, o Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para professores atuantes na Educação Básica.

O PDE, ou Política Pública de Formação Continuada de Professores, é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em colaboração com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação e as Instituições de Ensino Superior. Este programa busca promover o desenvolvimento contínuo dos professores, proporcionando-lhes oportunidades de aprimoramento profissional e integração com as últimas metodologias e tecnologias educacionais.

A rede estadual conta também com o período de Estudo e Planejamento que é dedicado à formação, planejamento e interação dos profissionais da educação que atuam nas escolas da rede pública estadual. Durante esse tempo, os educadores têm a oportunidade de se atualizar sobre novas práticas pedagógicas, discutir estratégias de ensino, e colaborar com colegas para aprimorar o planejamento das atividades escolares. Esse espaço é crucial para a construção de um trabalho pedagógico mais coeso e alinhado com as necessidades dos alunos e os objetivos educacionais da rede pública.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná oferece cursos de Educação a Distância (EaD) para a formação continuada dos educadores. Esses cursos abrangem uma variedade de temáticas, incluindo temáticas de planejamento, formação de professores-tutores, diversidade, educação em direitos humanos, formação em áreas específicas, tecnologia e cultura digital. Esses cursos visam proporcionar um desenvolvimento contínuo e atualizado para os educadores, alinhado às necessidades e desafios atuais da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível mapear as demandas atuais do Atendimento Educacional Especializado no município de Ponta Grossa, fazendo um levantamento sobre os diferentes tipos de apoio fornecidos nas redes municipal e estadual, além das categorias de deficiência atendidas e a formação dos docentes envolvidos.

Identificou-se que a demanda de alunos que necessitam do Atendimento Educacional Especializado tem aumentado ao longo dos anos, o que reforça a importância de políticas que garantam a continuidade e ampliação dos serviços especializados, como as Salas de Recursos Multifuncionais e o CIAC Superação.

Ademais, constatou-se que o município tem avançado na criação de estruturas de apoio para alunos com deficiência, como o Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva. No entanto, os desafios ainda são muitos, especialmente relacionados à formação contínua dos professores e à adaptação das práticas pedagógicas para incluir efetivamente os alunos com diferentes deficiências.

Pode-se concluir que o estudo cumpriu seu propósito de analisar o estado atual do atendimento educacional especializado em Ponta Grossa, demonstrando que, embora existam avanços significativos, ainda há espaço para melhorias em termos de recursos e treinamento. As políticas de inclusão precisam se fortalecer, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas deficiências, tenham acesso a uma educação inclusiva de qualidade.

Para isso é fundamental que os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado e nas salas regulares recebam formação continuada para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Além de continuar investindo em recursos tecnológicos e pedagógicos adaptados para promover uma inclusão plena nas salas de aula, fortalecer o envolvimento das famílias no processo educacional dos alunos com deficiência, promovendo uma parceria ativa entre escola e comunidade e estabelecer mecanismos de avaliação constante das políticas e práticas educacionais inclusivas para garantir sua efetividade e ajuste conforme as necessidades surgem.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- BITES, M. F. S. C. **Participação dos professores na política educacional de inclusão em Goiás**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Edital nº 01 de 26 de abril de 2007**. Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 05 jun. 2019.
- CALLONERE, A.; HÜBNER, M. M. da C. **O processo de inclusão escolar e as funções expectativas e relatos verbais de pais e professores**: um estudo de caso. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- LUSTOSA, F. G.; MELO, C. M. Organização e princípios didáticos para a gestão da sala de aula inclusiva: a gênese de práticas pedagógicas de atenção à diversidade. In: **Práticas pedagógicas em contexto de inclusão**: situações de sala de aula. Jundiaí, SP: Paco, 2018.
- MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: MTE Mantoan, 2015.
- MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Educação. Instrução Normativa n.º 003/2024. **Estabelece a organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, na Rede Estadual de Educação do Paraná**. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf->

escriba-seed@41453ed2-c1eb-462a-840b-ee71b0d4ec81&emPg=true. Acesso em: 28 ago. 2024.

PEREIRA, R. **Anatomia da diferença**: normalidade, deficiência e outras invenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PONTA GROSSA. **Caderno Pedagógico da Educação Especial**. Secretaria Municipal de Educação. Ponta Grossa: SME, 2020.

PONTA GROSSA. Decreto nº 22.110, de 21 jul. 2023. **Dispõe sobre a criação do Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva SUPERAÇÃO** da Rede Pública Municipal de Ensino de Ponta Grossa - CIAC SUPERAÇÃO. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0prwu>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PONTA GROSSA. Decreto nº 22.931, de 05 fev. 2024. **Estabelece o Núcleo Pela Infância-NUPI, serviço da Atenção Primária de Saúde, vinculado à Fundação Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa/PR, serviço vinculado ao CIAC - Superação (Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva), conforme especifica**. Disponível em: <http://leismunicipa.is/163ht>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STREIECHEN, E. M. Aspectos linguísticos da Libras e a cultura das pessoas surdas. In: STREIECHEN, E. M. **A aquisição da LIBRAS em um contexto multilinguístico**. Guarapuava: UNICENTRO, 2017.

QEDU. Ponta Grossa - Perfil [online]. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4119905-ponta-grossa7>. Acesso em: 01 jul. 2024.

*Recebido em 19/11/2024
Versão corrigida recebida em 30/11/2024
Aceito em 10/12/2024
Publicado online em 12/12/2024*